

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2
MAR

NÚMERO 2, 2016
3.^a SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

A PRIORIDADE DO MAR

The sea's priority

AVELINO DE FREITAS DE MENESES

avelino.f.meneses@uac.pt

Universidade dos Açores

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_4

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em janeiro de 2016

Biblos. Número 2, 2016 • 3.^a Série

pp. 95-116

RESUMO.

Em Portugal, o mar foi, é e será uma questão central, inclusivamente de uma acrescida urgência, muito determinada pela extenuação dos recursos de toda a terra, que provoca agora uma nova e desenfreada corrida aos oceanos, onde possuímos pergaminhos para dirimir e defender, como país marítimo, até arquipelágico. Por isso, este texto trata de três aspetos fulcrais: a importância do mar no Portugal do passado; a utilidade do mar no Portugal do presente; a oportunidade do mar no Portugal do futuro. Ademais, e pese embora a extensão da costa continental, recordaremos que o mar português de hoje é sobretudo o mar das ilhas, principalmente o mar das ilhas dos Açores, por ser aquele que mais permite o alargamento da jurisdição e o acréscimo da esperança.

Palavras-chave: História; Futuro; Decadência; Projeção; Conhecimento.

ABSTRACT.

In Portugal, the sea was, is and will always be a central issue. Additionally, it is also an issue of great urgency due to the exhaustion of the resources of the whole earth, which now causes a new headlong rush to the oceans, where we have scrolls to settle and defend, as a maritime country, even archipelagic. Thus, this paper deals with three key aspects: the importance of the sea in past time Portugal; the utility of the sea in Portugal today; the opportunity of the sea in the future Portugal. Never the less, and despite the extension of the continental coast, we shall remember that the Portuguese sea today is mainly the sea around the Portuguese islands, especially the sea of the Azores, because it allows the extension of jurisdiction and an increasing hope.

Key-words: History; Future; Decadence; Projection; Knowledge.

I. O ARRIMO DO MAR NO PORTUGAL DO PASSADO

A génese e a construção de Portugal são um enigma, por falta de uma base étnica comum, de uma geografia específica e de uma cultura peculiar. No devir português, o mar foi sempre a essência de tudo, isto é, de uma identificação decidida, demorada e custosa, no começo, do cumprimento de uma missão universalista a projetar a Europa no Mundo, de permeio, e da possibilidade de um honroso retorno à Europa a garantir o respeito do Mundo, na atualidade. Aliás, pouco depois da consolidação da independência, o epicentro do país transita mesmo da Metrópole para o Ultramar, aí permanecendo pelo menos até à libertação do Brasil em 1822, porventura, até ao colapso do império africano em 1974.

Na história de Portugal, do nascimento ao apogeu, à decadência e às tentativas de regeneração, tudo dependeu da influência do mar, mais concretamente, da conquista ou da perda de predomínio nos mares.

1. NA FORMAÇÃO

A origem e a identificação de Portugal acontecem entre os séculos XI e XIV. A propósito, José Mattoso, no livro *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal*, situa o aparecimento e a afirmação da nação entre 1096 e 1325. 1096 é a data da fundação do Condado Portucalense, que é a semente de Portugal. 1325 é o ano da morte de D. Dinis, que implementa um programa de organização e de desenvolvimento. O reconhecimento do país deriva principalmente de três experiências: o combate aos mouros, a sul, a ameaça dos castelhanos, a leste, e a atlantização do povoamento, fruto da omnipresença do mar, que motiva verdadeiramente a individualidade dos portugueses por entre os povos peninsulares.

2. NO AUGE

O auge de Portugal acontece nos séculos XV e XVI, por força dos descobrimentos e da expansão. Na verdade, a conquista da máxima projeção de

Portugal na Europa e no Mundo decorre da exploração dos mares, que faculta a construção do império. Por isso, Eduardo Lourenço assegura que, à exceção da Macedónia e de Roma, na longínqua Antiguidade Clássica, “poucas vezes um povo partindo de tão pouco alcançou um direito tão claro a ser tido por grande”. De facto, a nossa expansão ultramarina possui consequências europeias e mundiais, equivalentes a marcos do curso da civilização. Para a Europa, a nossa expansão ultramarina corresponde à libertação de um isolamento milenar, sob o jugo do Islão, e permite a transformação de uma cultura continental e mediterrânica numa vivência intercontinental e transoceânica. Para o Mundo, a nossa expansão ultramarina assinala o advento de uma nova era da história da Humanidade – a dita Idade Moderna – caracterizada pelo esboço da unidade do planeta, próprio da primeira globalização.

3. NA DECADÊNCIA E NA REGENERAÇÃO

Após o tempo do furor, quando nas palavras de Lúcio de Azevedo “o rei de Portugal parecia um daqueles soberanos das lendas, possuidores de tesouros sem fim”, desponta a síndrome da decadência. O fenómeno ocorre logo por meados do século XVI, em consequência do recuo no Norte de África, da concorrência no Oriente e da disputa do Brasil. Por outras palavras, tudo deriva das adversidades do mar, melhor dizendo, do Ultramar. A breve trecho, por acréscimo, o arrimo da corrupção, a força das armas e a simpatia dos poderosos conduzem mesmo à União Ibérica de 1580. Para uns, trata-se da reintegração natural de Portugal na grande Hispânia. Para outros, caso do poeta açoriano Antero de Quental, corresponde à morte de Portugal, que até coincide com o óbito de Luís de Camões, o autor d’*Os Lusíadas* – a epopeia dos descobrimentos, o mesmo é dizer, a epopeia da idade de ouro de Portugal.

Na história de Portugal, a ideia de decadência, com origem no século XVI, alastra e entranha nas centúrias posteriores, em virtude do decréscimo da influência portuguesa nos mares. De facto, o mar, que fora português, deixava inclusivamente de ser ibérico, transitando para o domínio dos concorrentes do Norte. Entre eles, os holandeses, os franceses e, por fim, os ingleses, muito antes da mais hegemónica das primazias, exercida a partir do século XX pelos Estados Unidos.

Na história de Portugal, a ideia de decadência foi sobretudo uma construção dos estrangeirados dos séculos XVII e XVIII e dos liberais do século XIX. Os estrangeirados, no confronto com o passado dos séculos XV e XVI, assinalam a perda de projeção na Europa e no Ultramar, no confronto com os parceiros europeus mais poderosos, assinalam o atraso da sociedade portuguesa. Todavia, jamais reconhecem a excecionalidade da conjuntura quatrocentista, que explica o pioneirismo da nossa expansão marítima, e a extrema pequenez de Portugal, face aos estados da Europa ocidental e atlântica, que impede o alcance de uma posição cimeira. Os liberais intentam a regeneração do país. Porém, o rotundo falhanço acarreta uma profunda frustração. Para se eximirem a tamanha responsabilidade, imputam culpas ao passado, designadamente, ao primado do Absolutismo, que retira iniciativa à sociedade, e à prioridade do Ultramar, que origina o desprezo do Reino.

Na história de Portugal, a ideia de decadência radica ainda no facto de no século XV termos sido a “cabeça” da Europa e de no século XXI nos encontrarmos na “cauda” da Europa. Hoje, apesar da crise, bom seria que nos lembrássemos que mesmo a cauda da Europa ainda pertence, não sabemos por quanto tempo, à “cabeça” do Mundo. É certo que isto não significa qualquer garantia absoluta, mas sempre constitui uma oportunidade explorável. Se assim pensássemos, talvez então, com menor dramatismo e com maior sucesso, pudéssemos evoluir daquilo que pensamos que somos e porventura não somos tanto, isto é, pequenos, pobres e tradicionalistas, para aquilo que queremos ser e que nunca seremos por completo, isto é, grandes, ricos e cosmopolitas.

4. NO REGRESSO À EUROPA

Em pouco mais de um século, isto é, em parte dos séculos XV e XVI, Portugal construiu um grande império, ingressando na dimensão universal. Em pouco mais de um século, isto é, em parte dos séculos XIX e XX, Portugal perdeu um grande império, regressando à dimensão europeia. Da experiência ultramarina, sobram o reconhecimento da independência dos territórios mais longínquos e de recorte civilizacional mais diverso, primeiro, o Brasil e, depois, as colónias de África, e a atribuição de autonomia às regiões mais próximas e de semblante

mais aconchegado à matriz europeia, casos da Madeira e dos Açores. E como a história não para, o processo não acabou! Assim, persistem a ambição e a utopia, sempre próprias da condição humana. Os beneficiários da autonomia ainda pugnam pela ampliação de direitos. Os detentores da independência ainda buscam os caminhos do desenvolvimento. Neste contexto, sob o estímulo de raízes históricas e culturais comuns, mas também pelo proveito da economia, resta a Portugal o dever e a vantagem da constituição de uma comunidade lusófona, assente em bases de cooperação e de respeito, mas ainda muito longe da consumação. De novo, sobressai a indispensabilidade da via oceânica, porque a lusofonia é eminentemente marítima. Com efeito, une o norte e o sul do Atlântico, com polos em Portugal, no Brasil e em Angola, mas também em Cabo Verde, e com prolongamento em zonas ribeirinhas do Índico e do Pacífico.

Após um nascimento sofrido, um apogeu fugaz, uma decadência longa e uma regeneração falhada, mas essencialmente depois da deriva ultramarina, encontramos-nos no tempo do regresso à Europa que nos gerou. O regresso de Portugal à Europa, mais do que uma incidência da revolução portuguesa de 1974, é um projeto multissecular, considerado a antítese da decadência. Aliás, os estrangeirados dos séculos XVII e XVIII e os liberais do século XIX, quando deploram o atraso de Portugal, anseiam pela integração na Europa. O triunfo de Portugal na União Europeia é, por isso, o maior desafio da nossa geração. Para tanto, e disso ainda não nos apercebemos, possuímos essencialmente o mar. Quer isto significar que a capacidade de afirmação no Mundo, propiciada pela extensão marítima, corresponde à melhor forma de Portugal singrar na própria Europa.

II. A URGÊNCIA E A OPORTUNIDADE DO MAR NO PORTUGAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Nós vivemos num mundo muito mudado! Apesar da preponderância dos Estados Unidos, vivemos num mundo quase pós-americano. Com efeito, hoje já prepondera a constelação dos poderes, composta pelos Estados Unidos, também

pela União Europeia, pela China e pela Índia, e até pela Rússia, pela Indonésia e pelo Brasil. Porém, subsistem as ameaças, muito mais difusas, mas igualmente perigosas. Além disso, face à natural exaustão dos norte-americanos e à evidente acomodação dos europeus, o centro de gravidade planetária transita do Ocidente para o Oriente. Nestas circunstâncias, Portugal que, após a perda do império, quase abdicou da manifestação de ambições e da admissão de desafios carece de redefinir o seu posicionamento, e de novo à escala mundial. Para tanto, dispõe da CPLP, uma comunidade de afetos, de interesses e de culturas, mas até agora caracterizada pela insuficiência dos resultados. Para tal, beneficia sempre do mar, um convite e um estímulo constantes à conquista de maior projeção.

De resto, no domínio da economia, a concentração das principais fontes de energia em zonas instáveis e o esgotamento dos combustíveis fósseis terrestres obrigam à exploração dos mares mais longe e mais fundo, ocasionando a valorização de Portugal, se traduzível em acréscimo de desenvolvimento. Nestas circunstâncias, mais do que executar, governar é prever. Por isso, conscientes da grande oportunidade, já se definiu o propósito do aumento em 50% do contributo da exploração marítima para o Produto Interno Bruto até 2020. O objetivo constitui um bom sinal, pois equipara o oceano a um meio de regeneração, indispensável na construção de um futuro melhor, bem diverso do presente titubeante, próprio de um país que quase de todo se esvaiu no passado. Porém, a obtenção do desiderato reclama por uma conjugação de esforços, no mínimo, a congregar decisores, empresários e estudiosos.

1. OS BENEFÍCIOS DO MAR

O definhamento económico e a irrelevância política constituem ameaças sérias, capazes de reduzir Portugal à condição de “estado exíguo”. Nestas circunstâncias, possuímos exclusivamente o mar, como fator de afirmação, talvez melhor, de reafirmação. É bem de crer que hoje, por trato marítimo, não cheguem de novo as especiarias e os metais preciosos, outrora originários de riqueza e de ilusão. Porém, a via oceânica sempre converte a pequenez em imensidão, conferindo uma liberdade de opção, indispensável na definição de rumos de maior independência e prosperidade. No mar, há entretanto que contrariar a

retórica da igualdade, insistentemente repetida pelos poderosos, que alegam a nossa incapacidade técnica, no intuito da apropriação de águas e de fundos que pelo direito nos pertencem.

Ao longo da história, os observadores mais argutos destacaram sempre a relevância do mar, sobretudo na perspectiva do exercício do poder. Na Antiguidade, Temístocles assevera que “aquele que domina o mar tem o domínio de tudo”. Na Modernidade, António Perez, secretário de Filipe II, refere que “o príncipe que for senhor do mar será senhor da terra”. Na Contemporaneidade, o rei da Bélgica Leopoldo II afirma que “um país que tem mar só é pequeno se o não souber aproveitar”. De resto, o suceder histórico confirma todas estas declarações. Com efeito, dominantes foram sempre as potências que conheceram e utilizaram o mar.

A utilidade dos oceanos não respeita exclusivamente à projeção política e militar dos estados. Na verdade, o fitoplâncton é a fonte de mais de metade do oxigénio da atmosfera. Além disso, pelo menos desde a revolução industrial, o mar assegura a habitabilidade da terra, através de uma enorme capacidade de absorção de gases com efeito de estufa, que só agora demanda cautela, por força do aumento da temperatura e, por consequência, da elevação do nível das águas marinhas. Mais do que isso, nos nossos dias, os oceanos pontificam como fonte essencial de muitos recursos, como meio principal de transferência de bens. Assim, não admira que, em todos os continentes e em todas as ilhas, mais de metade da população se concentre numa estreita faixa litoral de cerca de 100 quilómetros, onde também predomina o grosso das indústrias e dos serviços. No futuro, o mar é a maior janela de oportunidade da Humanidade, fruto também da descoberta e da exploração de potencialidades acerca das quais ainda muito há que saber. Por isso, exige investigação, aproveitamento e preservação.

No passado, como se viu, Portugal foi essencialmente o mar. Aliás, Jaime Cortesão assegura que o devir português corresponde ao aproveitamento das potencialidades do mar, que propiciam a construção do primeiro estado pluricontinental e a génese da primeira globalização. No presente, a omnipresença do mar persiste por fator da identificação de Portugal. Na verdade, no espaço marítimo europeu, possuímos a maior Zona Económica Exclusiva, equivalente a cerca de 18 vezes o território do continente, e ainda em fase de acréscimo,

dada a extensão em curso da plataforma continental. Além disso, registamos o maior consumo de peixe *per capita* da União Europeia, e inclusivamente o terceiro a nível mundial, atrás da Islândia e do Japão. Localizamo-nos também no epicentro do movimento marítimo universal, em crescimento por força da globalização. Este tráfego recupera mesmo da substituição do navio pelo avião na deslocação de passageiros a partir da década de 1970. No reforço da circulação, impera o aumento do turismo de cruzeiros e, sobretudo, a multiplicação do transporte de mercadorias, feito quase exclusivamente por mar, e que em 95% dos casos utiliza nove pontos focais, sendo dois deles: o Estreito de Gibraltar e o Canal da Mancha, vizinhos da costa portuguesa. Neste contexto, nem o recente declínio do Atlântico Norte, perante a emergência do Sul e a dominância do Índico e principalmente do Pacífico, ameaça de verdade a centralidade portuguesa, a prazo beneficiária do alargamento do canal do Panamá e da inauguração das rotas do Ártico. Assim, apesar do desejável aumento, as atividades marítimas já geram criação de emprego, cobrança de impostos e arrecadação de lucros. No entanto, no seio da União Europeia, afinal a primeira potência marítima mundial, a Portugal cabe a assunção de uma liderança, fortalecida pela possibilidade legal de apropriação do mar alto que é, cada vez menos, um espaço comum, de livre acesso para todos.

Contra a nossa tradição multissecular, o retorno português à Europa coincide voluntária e desafortunadamente com o abandono do mar, um facto que degrada, reconhecemos agora, a imagem e o crédito de Portugal no concerto das nações, mesmo no seio da própria União Europeia. Três fatores terão influído na inversão de conduta: o choque petrolífero de 1973, que perturba sectores vitais da economia do mar, por exemplo, o transporte marítimo e a construção naval, acomodados aos baixos preços da energia e da mão-de-obra; a revolução de 1974 e a descolonização de 1975, pela trágica identificação do mar com a ditadura e pela ruína do cluster das rotas marítimas africanas; estranhamente, a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, que sobre põe a continentalidade à maritimidade, de todo perceptível na crise da pesca, muito dificilmente atribuível aos efeitos da Política Comum de Pescas, que até propicia à Irlanda a organização de uma frota e o acréscimo das capturas. O resultado de tudo isto consiste na difusão, ainda por cima entre os jovens, por

vezes com a conivência dos próprios governos, de uma visão decadentista do mar, equiparado a um passado desprovido de expectativas, incapaz de albergar os propósitos de um futuro mais auspicioso.

Mesmo que trocado pelo sonho europeu, o afastamento do mar, verificamo-lo hoje, não reverteu em dinamização da economia. Bem pelo contrário! Com efeito, em vez da individualização de uma estratégia de convergência com as dinâmicas da modernização, mais adequadas à competitividade e à globalização, Portugal evidencia vulnerabilidades, que determinam a periferização e a inércia das atividades económicas. É de crer que nesta adversa conjuntura ainda influam os desequilíbrios da descolonização e das nacionalizações. Mais do que isso, o deficiente aproveitamento das oportunidades propiciadas pela adesão à Comunidade Económica Europeia e pela integração na zona euro. A título de exemplo, a disfunção entre a intensidade do financiamento e a exiguidade dos resultados, agravada pela contradição entre a descida dos juros e o acréscimo do endividamento, quando aos governos já faltam os meios de manipulação da política monetária.

Após o tempo do protecionismo, ao Estado compete muito mais a prática da regulação, muito menos o exercício do controlo ou a imposição da autoridade. Acima de tudo, em modelos económicos necessariamente interdependentes, avulta a necessidade de um poder de orientação estratégica. O resultado há de consistir na substituição da auto subsistência de baixo rendimento pela descoberta e pela exploração de especializações, obrigatoriamente ancoradas em vocações históricas e naturais, que demonstrem competitividade e originem proveito. Muito para além das vantagens do ambiente, que alavancam o desenvolvimento do turismo, releva de novo a prioridade do mar, mesmo a conveniência da criação de um hipercluster da economia do mar, a converter em desígnio nacional, ainda mais justificável perante a ameaça da crise financeira e a delonga da recuperação económica.

Hoje, a relação de Portugal com o mar assenta num tremendo paradoxo. De facto, a omnipresença do oceano, que nos confere mesmo o estatuto de potência marítima, não possui tradição no debate político, na atividade económica, muito menos nas lides académicas. No mar, a incompreensível desproporção entre o muito que temos e o pouco que fazemos remete-nos para o vulgo dos

pequenos países terrestres, que dificilmente alcançam notoriedade. Nestas circunstâncias, há que proclamar a relevância e a indispensabilidade do mar, que constitui à escala universal, na atualidade, a última fronteira do planeta, fonte por excelência da acumulação de riqueza e da projeção de poder. Ademais, e no respeitante exclusivamente a Portugal, se o mar é o principal fator identitário, desde o dealbar da nacionalidade, terá de ser também o catalisador das nossas esperanças, que hão de traduzir-se em conquista de poder, riqueza e prestígio no futuro próximo. Na verdade, o mar é o principal ativo do país, já que possui a dimensão e a profundidade que faltam ao continente e às ilhas. De resto, na Europa, o vastíssimo triângulo marítimo, delimitado pelos Açores, pela Madeira e pela costa do Continente, confere em simultâneo segurança interna e projeção externa a todo o território europeu. Assim, o Estado português reconquista centralidade na retoma de maior correspondência com África e as Américas. Assim, o Estado português resiste à aviltante condição de irrelevante periferia, em consequência do assomo da continentalidade, resultante do alargamento da União Europeia em territórios do centro e do leste.

O mar é afinal a única garantia de que Portugal se não confina à Europa, já que a via atlântica propicia o reforço de conexões indispensáveis, a norte, com os preponderantes Estados Unidos, a sul, com os emergentes Brasil e Angola, mas ainda na tentativa de fixação de influência nos PALOP's, já muito disputada por espanhóis, chineses e pelos próprios brasileiros. No futuro, o mar, muito mais do que um instrumento de Portugal, terá de ser o destino de Portugal, constituindo, por isso, a essência da nossa política externa, pois é o único espaço económico nacional ainda rico e relativamente inexplorado. Muito mais do que os governos em particular, oxalá assim o entendam as governações, para que se confira corpo a esta mensagem de esperança.

2. OS HAVERES DO MAR

A tradição veicula o entendimento de que o peixe é a principal e até a única riqueza do mar. Porém, na atualidade, os recursos marítimos são inúmeros e valiosos. Por exemplo, os micro-organismos do mar profundo, que subsistem em condições extremas, até muito recentemente tidas por incompatíveis com

a própria vida, mas donde se extraem biomoléculas, muito cobiçadas pela indústria farmacêutica, pela medicina e pela biotecnologia. Por exemplo, as fontes de energia, tanto as convencionais, o petróleo e o gás natural, como as renováveis, a força das ondas e do vento. Sobre a energia convencional, lembre-se que a rarefação do petróleo em terra transforma o mar no seu principal reservatório e, por isso mesmo, em campo preferencial de exploração, uma tendência que se esboça após o choque petrolífero de 1973. Sobre a energia renovável, lembre-se o potencial das ondas, resultante de uma ondulação regular, movida pelos ventos de circulação do anticiclone dos Açores, e até mais forte e aleatória, à passagem das perturbações do Inverno, como sejam as depressões e os sistemas frontais. Por exemplo, a extração de minérios, mais abundante nos campos hidrotermais, a saber, o cobre, o zinco, o cobalto, os hidratos de metano e até o ouro. Por exemplo, a maior capacidade de transporte intercontinental de mercadorias – essencial num tempo de maior crescimento do comércio do que da produção – uma atividade em previsível acréscimo, dada a crescente utilização do Ártico e dada a menor poluição dos percursos marítimos comparativamente aos terrestres, que ainda estimula a indústria da construção naval, hoje repartida entre o Extremo Oriente, onde se constroem os navios de maior dimensão, e a Europa, onde se constroem os navios com mais tecnologia, como sejam os militares, os de passageiros e as plataformas de exploração de petróleo e de gás. Por exemplo, o recreio e o desenvolvimento do turismo, quase todo ele ribeirinho, se não mesmo náutico. Por exemplo, os achados arqueológicos submarinos de grande significação histórica e cultural.

Em Portugal, a tradição pesqueira demanda uma adequada reflexão. Mais antiga do que a própria nacionalidade, a pesca constituiu um fator de subsistência logo na 1ª dinastia. Depois, na época dos descobrimentos, até contribuiu para a dignificação social dos mareantes e dos pescadores, por exemplo, celebrizados nos Painéis de S. Vicente, porque hierarquizados logo depois da representação dos nobres e dos clérigos. Hoje, o volume das capturas não assegura o consumo interno, nem sequer garantido pelo lento crescimento da aquacultura, com uma produção, entre nós, de cerca de metade da média da União Europeia. A insuficiência decorre, entretanto, da sobreexploração dos stocks, fruto da conversão das pescarias em atividade planetária, centrada na apanha de um conjunto de espécies-alvo, fruto

também das incidências da comercialização do pescado, que não compensam o labor dos pescadores, quase obrigatoriamente transformados em rapinadores dos mares.

Na impossibilidade do aumento das capturas, quando o peixe é procurado mais longe e mais fundo, a solução consiste na preservação dos cardumes, através da criação de reservas marinhas. Até lá, entre nós, apesar da excelência da geografia, talvez ajude o decréscimo das pescarias, agora equivalentes a cerca de 1/3 do volume de capturas da década de 1960 e aproximadamente a 1/3 do atual consumo nacional de pescado. No entanto, o fenómeno decorre de fatores demasiado complexos, nem sempre dependentes de uma capacidade de decisão própria. Entre eles, o impedimento de pesqueiros externos, mais protegidos pelo direito do mar, que obriga à concentração da faina nas águas territoriais; também os constrangimentos da nossa Zona Económica Exclusiva, a maior da União Europeia, mas não propriamente a mais rica, porque caracterizada pelo contraste entre a vastidão da costa marítima e a redução da plataforma continental e pela variedade, jamais pela abundância, de espécies; e ainda as implicações da integração europeia, que motivam o abate de parte muito significativa da nossa frota, com evidências de envelhecimento. Nesta conjuntura, não admira que Portugal registe apenas 10% dos barcos da comunidade europeia, mas equivalentes a somente 5,7% da tonelagem total, e que se quede atrás das armadas pesqueiras da Dinamarca, de Espanha, do Reino Unido e de França.

3. A DEFESA DO MAR

3.1. A FORÇA E A DISSUASÃO

No futuro, o reconhecimento da extenuação dos recursos terrestres e a expectativa da abundância das riquezas marinhas aumentarão inevitavelmente a disputa dos oceanos. A indefinição das fronteiras marítimas e a ambiguidade do direito internacional também potenciarão a conflitualidade. Nestas circunstâncias, urge a defesa do mar, desde há séculos reivindicada por autores e por estadistas. Por exemplo, pelo Pe. Fernando de Oliveira, que considera “os sobressaltos do mar muito mais súbitos do que os da terra”. Por exemplo, pelo Cardeal de Richelieu, que considera a força, e não a razão, o verdadeiro título naval.

Em Portugal, não se vislumbram ameaças sobre o território do continente. Porém, as águas do litoral albergam, ao que se supõe, tráficos ilícitos. Além disso, dos golfos da Guiné e de Adem, cada vez mais sujeitos à ação da pirataria moderna, provém cerca de metade dos nossos recursos energéticos. Assim, o interesse estratégico nacional, que não admite o risco da improvisação ou a distração do atraso, impõe a reunião dos meios navais adequados à extensão das nossas águas territoriais e à ambição do nosso futuro marítimo. Em tempo de paz, são essenciais para induzir à dissuasão. Em tempo de guerra, são essenciais para repelir a agressão.

3.2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A defesa do mar não respeita exclusivamente à mobilização de forças militares. Com efeito, a garantia de uma exploração aquática com sustentabilidade demanda igualmente o esboço e a execução de uma política de educação ambiental que, a contra ciclo da imagem marítima de fonte inesgotável de recursos, alerte para o facto do oceano ser também uma natureza vulnerável e destrutível, exigindo a prevenção da poluição, uma ameaça séria à deterioração de todos os ambientes, embora muito mais visível em terra do que no mar. Na verdade, longo foi já o tempo da utilização dos fundos como depósito dos lixos mais tóxicos, avultando hoje a perigosidade dos resultados. Entre eles, por exemplo, a acidificação das águas, suscetível da aceleração das alterações climáticas, com consequências ainda mais nefastas, como é o caso da elevação do nível médio dos oceanos, em Portugal traduzível na erosão costeira, na inundação das partes baixas, no aumento da influência marinha nos estuários e na intrusão salina nos aquíferos litorais. A concentração das populações na orla costeira também exige um cuidado especial, já que acresce o risco da contaminação do ambiente marítimo.

3.3. A VALIA DO CONHECIMENTO

Mais do que pela força das armas e pela consciência ecológica, a defesa e a valorização dos oceanos radicam no progresso do conhecimento. Neste parti-

cular, às instituições de ensino superior e de investigação científica cabe uma missão essencial, quando o domínio das ciências do mar equivale à possibilidade de uma participação mais efetiva na definição dos destinos do Mundo. Considerando que só se protege aquilo que de facto se conhece, educar, investigar e inovar são prioridades do desenvolvimento da economia do mar. Por outras palavras, sem uma ciência e uma tecnologia de excelência, de pouco servirão as decisões estratégicas da governação, que incidem no aproveitamento dos recursos marítimos.

Na época dos descobrimentos, Portugal agregou e cresceu o conhecimento europeu acerca do oceano. Nesse tempo, quando Cadamosto considera a caravela “o melhor navio ao cimo dos mares”, os portugueses estão seguramente na vanguarda da técnica e da ciência navais. Depois, no último quartel do século XIX, quando por exemplo os britânicos e os franceses promovem longas e demoradas viagens de investigação oceanográfica, traduzidas na realização de milhares de colheitas e na descrição de milhares de espécies, Portugal também participa no surto da exploração dos oceanos. Aliás, em 1864, a reforma da Escola Naval contempla a lecionação das cadeiras de “Princípios do Direito Internacional Marítimo” e de “História Marítima, nacional e estrangeira”. Mais tarde, o rei D. Carlos, que conquista a reputação de oceanógrafo, realiza entre 1896 e 1907 uma dúzia de campanhas de pesquisa marítima, que estimulam o estudo do regime das correntes e da configuração dos fundos. Aliás, em 1898, à passagem do 4º centenário da nossa chegada à Índia, o monarca inaugura o Aquário Vasco da Gama, muito antes da abertura, em 1910, do Museu Oceanográfico do Mónaco, devido à iniciativa do príncipe Alberto I, então o mais ilustre sabedor do mar.

Na atualidade, o mar é um dos mais importantes e um dos mais desconhecidos ecossistemas do planeta. Por curiosidade, dizem os entendidos que se sabe menos acerca do fundo do mar do que sobre a face oculta da Lua. Com efeito, as investigações marítimas concentram-se na orla costeira, havendo apenas um conhecimento residual do oceano profundo. O fenómeno decorre da complexidade fisiográfica, bioquímica e biológica do mar, muitíssimo superior à da terra, talvez por ter sido o cadinho do nascimento da vida, que aí ficou em permanência por milhões de anos, antes da migração para a superfície terrestre.

Além disso, são ainda escassos os recursos financeiros atribuídos à investigação oceanográfica. À escala internacional, ficam aquém do investimento no estudo da topografia de Marte. À dimensão nacional, equivalem a cerca de 10% dos incentivos do sistema científico. Assim, não espanta que, ainda recentemente, a bibliografia registasse uma razão de 1 para 14 entre os artigos dedicados aos temas marítimos e terrestres. Para um país pequeno como Portugal, mas apostado, esperamos nós, num decisivo retorno ao mar, este relativo atraso dos estudos marinhos poderá até constituir uma boa janela de oportunidades, se facultar a possibilidade de nos alcandorarmos a uma posição cimeira no panorama da investigação científica mundial.

No futuro, antevemos o acréscimo do conhecimento do mar até porque, no presente e no passado não muito longínquo, já imperam alguns bons indicadores. Com efeito, desde a 1ª metade dos anos 70 que registamos o funcionamento de diversos navios de investigação marítima. Entre eles, o *Arquipélago*, pertença da Universidade dos Açores. Ademais, em 1998, no Ano Internacional dos Oceanos, a Exposição Mundial de Lisboa, organizada sob o lema “O Oceano, um Património para o Futuro” desperta nos estudiosos e nas populações maior interesse pela problemática marítima. Assim, entende-se que, na última década, tenha mais do que quadruplicado o número de doutores em Ciências do Mar e que, apenas entre 2004 e 2008, tenha crescido em 68% a produção científica, uma subida inclusivamente acima da média europeia. Por acréscimo, no estudo específico de fontes hidrotermais, entre 2006 e 2010, os dados relevam de novo um avanço, destacando a ação da Universidade dos Açores que, através do seu Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP), alcandora Portugal ao oitavo posto mundial da lista das publicações científicas. Na génese destes progressos, ressalta sempre a capacidade de alargamento do domínio marítimo de Portugal, amparada pela evolução do direito do mar. É o que sucede na sequência da Convenção das Nações Unidas de 1982, quando acresce o denominado mar territorial além das 12 milhas. É o que sucede agora, com a oportunidade de extensão da plataforma continental além das 200 milhas, mais um legado para o futuro, que obriga ao estudo das características geológicas e hidrográficas do fundo do mar, servido pela aquisição de nova tecnologia.

No mar, a conquista do futuro demanda sempre maior incidência na prática da investigação e no exercício do ensino. Na investigação, considerando o enquadramento natural, há muito que se reclama a instalação de um centro de pesquisa oceanográfica nos Açores, beneficiando do conhecimento acumulado pelo DOP. Mais importante é, entretanto, que as Universidades, os Politécnicos, os Laboratórios e necessariamente as Empresas procedam à constituição de clusters, que facilitem a aplicação da ciência e da tecnologia no domínio das atividades, para que reverta em fator de inovação, o mesmo é dizer, de progresso concreto, em demonstração de que o saber produz mais riqueza. No ensino, do primário ao superior, enquanto símbolo de um passado honroso e recurso de um futuro promissor, o mar tem de ser forçosamente um objeto central de estudo, que desperte o interesse da juventude, porque dela depende o destino de Portugal.

Em suma, o denominado crescimento azul exige a constituição de um cluster para o conhecimento do mar, garantia absoluta de que a exploração dos fundos assegura a sustentabilidade dos recursos. A tarefa obriga ao empenhamento e à cooperação das instituições científicas nacionais, mas não chega, dada a necessidade da utilização de tecnologia de ponta, a demandar a indispensabilidade de fundos avultados. De facto, a complexidade do desafio impõe um trabalho coletivo, jamais cingido às fronteiras domésticas, de todo aberto às parcerias internacionais, pois só elas possibilitam a um pequeno país singrar no universo da ciência. Mesmo assim, o supremo interesse português reclama por um protecionismo sadio, que impeça a perda para a emigração de técnicos e de cientistas, cuja formação implica um investimento vultuoso, sem a extração de benefício.

4. A EXPLORAÇÃO DO MAR

4.1. OS AVANÇOS

Em Portugal, o investimento em infraestruturas portuárias e o esforço de extensão da plataforma continental testemunham um propósito de consolidação da economia do mar, condizente com o carácter da geografia e o sentido da história.

Aliás, nos últimos anos, independentemente da tendência política dos governos, são diversos os documentos de orientação estratégica que definem com insistência procedimentos de intervenção marítima. Neste caso, 1998, com a produção, no âmbito da “Comissão Independente para os Oceanos”, do relatório “O Oceano: o nosso futuro”, 2004, com a divulgação de um novo relatório, intitulado “O Oceano: um desígnio nacional para o século XXI”, e 2006, com a assunção de uma “Estratégia Nacional para o Mar”, constituem marcos com significação. No domínio do simbólico, ainda adquire maior notoriedade o compromisso com o mar, assumido pelos três Presidentes da República civis da nossa Democracia mais consolidada. Mário Soares, proponente em 1993 da celebração em 1998 do Ano Internacional dos Oceanos, fulcral na transição da conceção passadista para a conceção desenvolvimentista do mar. Jorge Sampaio que, a 10 de Junho de 2003, no ambiente propício dos Açores, combina a celebração do Dia de Portugal com a evocação do mar. Cavaco Silva que, em 25 de Abril de 2010, no palco privilegiado da Assembleia da República, introduz o mar na festa da Democracia. Neste contexto, importa juntar à consciencialização das elites a visão e o arrojo dos empresários, indispensáveis ao aproveitamento de novos recursos, e sobretudo a sensibilização das gentes, para que na vivência portuguesa o mar seja algo mais do que História e Literatura.

4.2. AS DIFICULDADES

A averiguação dos factos também evidencia dificuldades que embaraçam o incremento da economia do mar. Ainda hoje, a excessiva dispersão dos negócios marítimos por uma multiplicidade de organismos constitui um entrave ao esboço de uma política integrada. A mais de 30 anos de distância, urge portanto cumprir a recomendação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, que proclama que “todos os assuntos do mar estão interligados e devem ser tratados como um todo”. Mas mais do que a concentração de todas as políticas sectoriais numa mesma tutela, importa antes a criação de uma instância de coordenação para valorizar as potencialidades do mar. Além disso, os traumas da descolonização e as perturbações da adesão europeia determinaram a continentalidade das relações externas, que agora privilegiam mais a vizinha Espanha

e a Europa continental, por exemplo, a França e a Alemanha, em detrimento do anteposto predomínio dos destinos navais, do mar do Norte ao Báltico, para além das carreiras do Ultramar. Neste contexto, assistimos ao declínio da construção naval que, entre 1967 e 1974, prosperara nos estuários do Tejo e do Sado, onde a CUF possuía os maiores estaleiros do Mundo, sendo Portugal encarado como *case study* de êxito universal. Assim, apesar da excelência da localização e do melhoramento das infraestruturas, os portos portugueses não sobressaem à escala da Europa, já que não cativam as exportações e as importações das regiões espanholas limítrofes, muito menos de Madrid. A reduzida expressão das atividades marítimas na economia nacional, correspondente somente à arrecadação de 2-3% a 5-6% do PIB, consoante as metodologias do cálculo, e à ocupação de cerca de 100 000 trabalhadores, demonstra bem o esforço hercúleo que ainda se impõe para a conversão do mar em agente de maior prosperidade económica.

Na atual conjuntura, é também no seio da União Europeia que se debate o aproveitamento do mar, também ele suscetível de conferir maior projeção à própria Europa. Em 2005, a criação da pasta europeia dos assuntos marítimos, com a conseqüente publicação do *Livro Verde do Mar* constitui um bom prenúncio, até pelo carácter dos resultados, que apresentam a Europa como a 1ª potência marítima mundial, pela geografia, pelas transações e pelas infraestruturas. Do mesmo modo, a política de defesa do ambiente, de preservação das espécies e de reforço da investigação traduz-se inevitavelmente em benefício comum. Porém, na valorização do mar, à semelhança do que sucede em variadíssimos domínios, o desafio da Europa é eminentemente político. Radica, como se sabe, num “pecado” capital da Democracia, que gera uma proliferação de políticos, demasiado preocupados com a próxima eleição, perante um vazio de estadistas, sempre mais atentos ao sucesso da próxima geração.

III. OS AÇORES E O MAR DE PORTUGAL

Com uma história mais curta do que a história do país, os Açores exerceram um papel decisivo no passado de Portugal. Com uma história mais curta do que a

história do país, os Açores exercerão um papel decisivo no futuro de Portugal. No passado, foram sustentáculo da expansão de Portugal no Mundo. No futuro, serão amparo do brio de Portugal na reabertura da Europa ao Mundo. Tudo isto acontece precisamente por força do mar.

É caso para se dizer que o mar é a razão de ser dos Açores. No fim da Idade Média, é a necessidade de conhecimento do mar que motiva o descobrimento das ilhas. Com efeito, a ameaça do Islão obriga a Europa à exploração do Atlântico, que principia com o desvendar da costa africana e com incursões nos arquipélagos fronteiros: as Canárias, a Madeira e os Açores. Nas Idades Moderna e Contemporânea, é a relevância do mar que provoca o realce dos Açores. De facto, em virtude de uma posição geográfica de privilégio, determinada pelas condições da natureza e pelo carácter da navegação, as ilhas assumem grande importância nas relações transatlânticas, quando o domínio dos oceanos equivale ao meio de engrandecimento dos estados.

É a projecção marítima dos Açores que, no século XVI, justifica a conquista espanhola que, no século XIX, origina o intento de conversão em protetorado inglês e que, durante muitos séculos, motiva o assédio de corsários e de piratas e, por consequência, a insegurança e o medo. No arquipélago, na terra e no mar, há muitos vestígios desse longo tempo de grande projecção e de muitas contendas. Por exemplo, um sem número de fortificações costeiras. Por isso, os Açores do passado foram certamente um dos espaços mundiais de maior concentração de fortalezas. Por exemplo, um sem número de registos de naufrágios. Por isso, os Açores do presente são certamente um dos principais santuários mundiais da arqueologia subaquática.

Hoje, o mar dos Açores conserva uma importância inquestionável, como instrumento de ação política, como fonte de inúmeros recursos. É o mar dos Açores que dá verdadeiramente profundidade oceânica à União Europeia, que está demasiado continentalizada, após o mais recente alargamento, com a inclusão de diversos países do centro e do leste, e muito estrangida, entre a preponderância dos Estados Unidos, a ocidente, o enigma da Rússia, a leste, e a força do Islão, a sul. Quer isto dizer que, na confluência dos continentes europeu, africano e americano, os Açores conferem a Portugal, e por extensão à Europa, uma projecção extraordinária, igualmente uma segurança suplementar.

No passado, o mar português correspondia ao leito e às margens do Atlântico, ao corredor do Índico e às escalas do Pacífico. Agora, a situação é bem diversa! Na atualidade, o mar português é sobretudo um mar açoriano. Aliás, se as águas do Continente e da Madeira colidem com as jurisdições navais de Espanha e de Marrocos, já o mar dos Açores é completamente livre, possibilitando o grosso da extensão da plataforma continental até aos 3,6 milhões de km². Assim, no futuro, às ilhas cabe uma missão na história de Portugal idêntica ou superior à de outrora.

O primado do conhecimento na exploração dos oceanos também destaca o mar dos Açores. Neste caso, enquanto laboratório natural, possuidor de inúmeras potencialidades, como é o caso do campo Lucky Strike, a maior área hidrotermal ativa até hoje conhecida, com 31 chaminés de libertação de fluidos, alguns a mais de 300 graus centígrados. Assim, o arquipélago avulta por apropriado centro de desenvolvimento de uma política nacional de investigação marinha, talvez mesmo como sede de uma instituição portuguesa de ciência e tecnologia do mar, a emergir de uma eventual parceria com o DOP da Universidade dos Açores.

CONCLUSÃO

Se excetuarmos as águas dos territórios ultramarinos de França e do Reino Unido, Portugal possui a maior área europeia de jurisdição naval. O fenómeno deriva do carácter costeiro, quase arquipelágico, do país. De facto, à muito escassa profundidade do retângulo continental, opõe-se a extrema vastidão oceânica, que no futuro ainda há de propiciar o reforço da maritimidade portuguesa. Nestas circunstâncias, é imperioso recolocar a questão dos oceanos no epicentro das nossas decisões porque, sendo o mar a matriz da nossa identidade, há de ser necessariamente a alavanca da nossa regeneração, como agente de inovação, de prosperidade e de prestígio. Há, entretanto, que relevar o acerto, talvez mesmo a clarividência, do percurso já realizado, ainda por cima por iniciativa de governos e de agentes políticos de todos os matizes, em demonstração de uma rara responsabilidade. Todavia, nos negócios do mar, é já tempo de passar da etapa do debate para a fase da concretização, traduzível na obtenção de resultados.

Neste processo, pouco adianta que os políticos duvidem da iniciativa dos privados, que os empresários lamentem a falta de incentivos oficiais e que todos eles – políticos e empresários – desconfiem dos investigadores e dos cientistas, embora o objetivo da produção de conhecimento consista sempre na melhoria das condições humanas de sobrevivência. De facto, só com confiança mútua, construiremos um verdadeiro hypercluster da economia do mar, insistentemente advogado por Ernâni Lopes, pouco tempo antes de se finar.

BIBLIOGRAFIA

- Conceito estratégico de defesa nacional 2013. Contributos e debate público* (2013). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Instituto de Defesa Nacional.
- Correia, Armando José Dias (2010). *O mar no século XXI. Contributo para uma análise estratégica aos desafios marítimos nacionais*. Aveiro: FEDRAVE-Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro.
- Cunha, Tiago Pitta e (2011). *Portugal e o mar. À redescoberta da geografia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Graça, Pedro Borges; Martins, Tiago (coords.) (2014). *O mar no futuro de Portugal, ciência e visão estratégica*. Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico.
- Mesquita, Mário; Vicente, Paula (coords.) (2013). *O mar na história, na estratégia e na ciência, III Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt, Ilha do Faial, Açores, 27, 28 e 29 de abril de 2012*. Lisboa: FLAD/Edições Tinta da China, Lda.
- Matias, Nuno Vieira; Soromenho-Marques, Viriato; Falcato, João; Leitão, Aristides G. (2010). *Políticas públicas do mar. Para um novo conceito estratégico nacional*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Meneses, Avelino de Freitas de (2012). *Coisas de agora. O historiador e a actualidade*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.